

**UM OLHAR INCLUSIVO:  
ESTRATÉGIAS LÚDICAS  
PARA O ENSINO DE  
ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIAS (ACDS) NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL EM  
UMA ESCOLA PÚBLICA EM  
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA**

**AN INCLUSIVE PERSPECTIVE: PLAYFUL STRATEGIES FOR TEACHING  
STUDENTS WITH DISABILITIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AT A  
PUBLIC SCHOOL IN SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA**

Ciências Humanas • 30/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785205713](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785205713)

---

Sebastião Júnior Lopes Piedade<sup>1</sup>

---

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias lúdicas aplicadas à inclusão de Alunos com Deficiência (AcDs) na Educação Infantil de uma escola pública em São Miguel do Guamá-PA. Neste viés, a pesquisa busca entender como o brincar pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para promover a integração, o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças com deficiência. Ademais, a metodologia adotada foi qualitativa, com observações em campo, entrevistas com educadores e análise de documentos escolares, com base no referencial teórico de Vygotsky (1998), Piaget (1976) e Mantoan (2003), que sustentam a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Mediante ao que é apresentado na pesquisa, a análise dos dados mostrou que as estratégias lúdicas, quando adaptadas às necessidades dos alunos com deficiências, favorecem a socialização e o aprendizado, embora existam desafios relacionados à formação docente, recursos limitados e resistência à mudança. Logo, conclui-se que o uso de práticas inclusivas, como jogos e brincadeiras adaptadas, contribui significativamente para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário, porém ainda exige avanços em termos de infraestrutura e capacitação dos profissionais.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Estratégias lúdicas; Educação Infantil; Alunos com Deficiência; Práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

This study aims to analyze play-based strategies applied to the inclusion of students with disabilities in early childhood education at a public school in São Miguel do Guamá, Pará. In this context, the research seeks to understand how play can be utilized as a pedagogical tool to foster integration and the cognitive, social, and emotional development of children with disabilities. A qualitative

methodology was adopted, involving field observations, interviews with educators, and an analysis of school documents, grounded in the theoretical frameworks of Vygotsky (1998), Piaget (1976), and Mantoan (2003), all of whom emphasize the importance of play in the teaching-learning process. Data analysis revealed that play-based strategies, when adapted to the needs of students with disabilities, facilitate socialization and learning, despite challenges regarding teacher training, limited resources, and resistance to change. Consequently, the study concludes that the use of inclusive practices—such as adapted games and play activities—contributes significantly to creating a more inclusive and equitable school environment, although further progress is still required regarding infrastructure and professional training.

**Keywords:** School inclusion; Play-based strategies; Early childhood education; Students with disabilities; Pedagogical practices.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inclusão escolar é um direito fundamental garantido pela Constituição Brasileira de 1988 e pelas legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantem o acesso de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, a um ensino de qualidade. A educação inclusiva visa a criação de ambientes educativos que respeitem a diversidade e promovam a participação de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Assim, este processo exige uma reflexão constante sobre as práticas pedagógicas e a adaptação dos recursos, metodologias e do próprio ambiente escolar, de modo a

proporcionar oportunidades de aprendizagem equitativas e significativas.

No que concerne à Educação Infantil, a inclusão de alunos com deficiência (AcDs) apresenta desafios e, ao mesmo tempo, oportunidades únicas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, sensíveis às necessidades de cada aluno. Assim, a inserção de crianças com deficiência em turmas regulares exige uma adaptação constante das estratégias de ensino, com ênfase na criação de ambientes de aprendizagem acessíveis e no uso de recursos pedagógicos diversificados. Nesse cenário, as estratégias lúdicas se destacam como uma abordagem eficaz, pois o brincar, fundamental para o desenvolvimento infantil, possui uma capacidade única de promover a aprendizagem e a socialização, além de facilitar a inclusão de crianças com diferentes tipos de deficiências.

Outrossim, o uso do brincar na educação infantil não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma ferramenta pedagógica que favorece o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças. Quando adaptado às necessidades dos alunos com deficiência, o brincar pode promover a aprendizagem ativa, a expressão emocional, a integração social e a autonomia. Assim sendo, o trabalho com estratégias lúdicas inclusivas não se limita ao simples ato de brincar, mas envolve um conjunto de práticas pedagógicas adaptadas que visam atender às especificidades de cada aluno, respeitando sua individualidade e suas necessidades de aprendizagem.

Isto posto, o presente estudo tem como objetivo analisar e discutir as estratégias lúdicas utilizadas na inclusão de alunos com

deficiência no contexto da Educação Infantil em uma escola pública de São Miguel do Guamá-PA. A pesquisa visa compreender como o brincar, aliada a metodologias inclusivas, pode contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem mais acessível e participativo, favorecendo a integração e o desenvolvimento das crianças com deficiência. Para isso, será analisado o impacto das atividades lúdicas na socialização, na aprendizagem e na promoção de uma cultura de inclusão dentro da escola.

Diante disso, a investigação está fundamentada na premissa de que a Educação Infantil desempenhe um papel crucial na formação de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo responsável por fornecer as bases para o desenvolvimento integral das crianças, independentemente de suas condições. Portanto, este trabalho busca compreender o papel das estratégias lúdicas no processo de inclusão de crianças com deficiência, investigando como elas podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais dessas crianças, respeitando suas necessidades específicas e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Deste modo, a escolha de estudar a realidade de uma escola pública em São Miguel do Guamá-PA se justifica pela importância de analisar a implementação de práticas inclusivas em contextos de recursos limitados e realidades específicas, onde a inclusão escolar ainda enfrenta obstáculos significativos. Ao longo desta pesquisa, serão discutidas como as políticas públicas e as práticas pedagógicas apresentadas ou que dificultam o processo de inclusão, com um olhar crítico sobre as experiências vivenciadas por educadores, alunos e suas famílias.

Este estudo se articula, portanto, em torno de duas questões principais, sendo elas: Como as estratégias lúdicas podem ser adaptadas para atender às necessidades de alunos com deficiências na Educação Infantil? Quais são os desafios e as possibilidades que surgem na busca por uma educação inclusiva de qualidade em contextos públicos? Com isso, almeja-se fornecer uma contribuição para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas, destacando a importância de um olhar atento e sensível às especificidades dos alunos com deficiência, de modo a promover um ensino mais inclusivo, igualitário e de qualidade para todos.

De acordo com tudo o que foi exposto, este artigo está estruturado em dez seções, abordando de forma detalhada os aspectos relacionados à inclusão de alunos com deficiências na Educação Infantil. Na seção 1 apresenta-se a introdução do presente trabalho. A Seção 2 apresenta a fundamentação teórica, dividida em três tópicos principais: a definição e princípios da educação inclusiva, a importância da inclusão na Educação Infantil e as políticas públicas que apoiam os alunos com deficiências. Na Seção 3, são discutidas as deficiências e suas implicações no processo de aprendizagem, com ênfase nos tipos de deficiências e nas necessidades específicas dos alunos. A Seção 4 aborda o papel do brincar na Educação Infantil, explorando as teorias do brincar e a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil e a aprendizagem.

A Seção 5 descreve as estratégias lúdicas aplicadas à inclusão, apresentando tipos de atividades adaptadas e exemplos práticos de jogos e brincadeiras inclusivas. Na Seção 6, são discutidos os aspectos do ambiente escolar inclusivo, tanto que não se referem ao espaço físico quanto às atitudes e práticas que favorecem a inclusão. A Seção 7 aborda os desafios e possibilidades enfrentadas na

implementação de práticas inclusivas, considerando as barreiras e o papel da sociedade. A Seção 8 detalha o percurso metodológico adotado na pesquisa, enquanto a Seção 9 apresenta a análise dos dados coletados. Por fim, a Seção 10 oferece as considerações finais, sintetizando os principais resultados e propondo caminhos para a melhoria da inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil.

Desta forma, dar-se-á seguimento para a próxima seção que tratará sobre a Educação Inclusiva, tanto no que diz respeito a sua definição quanto a sua importância na sociedade e em espaços educacionais.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **2.1. Definição e Princípios da Educação Inclusiva**

A educação inclusiva é um modelo educacional baseado na valorização da diversidade e no respeito às diferenças. Assim, fundamenta-se no direito de todos os indivíduos à educação, conforme assegurado por documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), e por legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015). Esse modelo visa garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, culturais ou sociais.

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva não é apenas uma questão de inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar regular, mas um processo de transformação profunda no sistema educacional. De certa forma que se faz necessário envolver a

reestruturação das práticas pedagógicas, currículos, recursos didáticos e da própria cultura escolar para atender às necessidades de todos os alunos de maneira equitativa. Visto que essa abordagem exige um compromisso ético, político e pedagógico por parte dos educadores e gestores, que precisam considerar e valorizar a singularidade de cada indivíduo.

Ademais, os princípios da educação inclusiva são diversos e abrangem questões fundamentais. Um deles é o patrimônio, que significa tratar cada aluno de acordo com suas necessidades, garantindo que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Outro princípio é a acessibilidade, que envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais para possibilitar a plena participação de todos os alunos na vida escolar.

Outro elemento essencial é a convivência, que se refere à construção de um ambiente em que a diversidade seja percebida como uma riqueza, e não como uma limitação. E isso implica promover o respeito mútuo e a colaboração entre os alunos, valorizando suas experiências e perspectivas. Deste modo, a inclusão, nesse sentido, transcende a dimensão educacional, pois contribui para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Além disso, a educação inclusiva reforça a ideia de que a escola é um espaço para todos, e não apenas para alguns. De acordo com Ferrarini (2013), essa abordagem busca romper com o modelo tradicional de ensino, que muitas vezes exclui aqueles que não se enquadraram em um padrão pré-estabelecido. Para isso, é necessário que as instituições educacionais adotem práticas

pedagógicas inovadoras e flexíveis, que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos.

Vygotsky (1998) também contribui para essa compreensão ao destacar que o desenvolvimento humano é mediado pelas interações sociais e culturais. Na perspectiva inclusiva, essas interações tornam-se ainda mais significativas, pois permitem que os alunos aprendam uns com os outros, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, a educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas também promove um aprendizado mais enriquecedor para todos.

Em resumo, a educação inclusiva é um movimento que visa transformar o sistema educacional e a sociedade como um todo, promovendo o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades. De certa forma que a sua implementação exige o envolvimento de todos os agentes educacionais, bem como o compromisso com a criação de ambientes de aprendizagem acessíveis, acolhedores e enriquecedores para todos os alunos, não apenas no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) ou Ensino Médio, mas também na Educação Infantil como será visto a seguir.

## **2.2. Importância da Inclusão na Educação Infantil**

A inclusão na educação infantil é um aspecto fundamental para garantir o desenvolvimento integral de todas as crianças, especialmente aquelas com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Essa etapa da educação é considerada uma base para a formação dos indivíduos, sendo o período em que ocorrem os primeiros contatos com o ambiente escolar, as

interações sociais mais amplas e a construção das bases cognitivas, emocionais e motoras. Portanto, garantir um processo inclusivo desde o início da trajetória escolar é crucial para promover igualdade de oportunidades e uma sociedade mais justa e acolhedora.

Na perspectiva da inclusão, a Educação Infantil não se restringe a oferecer um espaço para o cuidado e a socialização das crianças. Trata-se de um ambiente onde todos eles, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, podem desenvolver seu pleno potencial. Isto é, a inserção de práticas inclusivas nessa fase ajuda a desconstruir preconceitos desde cedo, cultivando o respeito à diversidade como um valor essencial. Como afirma Gardner (1995), considere que as múltiplas inteligências significam valorizar as diferentes formas de aprender e se manifestar, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de cada criança.

Além disto, a inclusão na Educação Infantil também desempenha um papel importante na construção da autoestima e da autoconfiança das crianças com deficiência. Ao serem acolhidas em um ambiente escolar que valoriza suas habilidades e potencialidades, elas se sentem mais seguras para explorar, experimentar e interagir com os colegas. Além disso, a convivência entre crianças com e sem deficiência promove trocas significativas, permitindo que todas desenvolvam competências sociais, como empatia, cooperação e solidariedade.

Outro aspecto relevante é o impacto positivo da inclusão na formação de uma comunidade escolar mais coesa e colaborativa. Pais, professores e gestores, têm a oportunidade de aprender uns com os outros, compartilhando conhecimentos e experiências para

criar um ambiente que atenda às necessidades de todas as crianças. Segundo Mantoan (2003), a inclusão não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas transforma o próprio sistema educacional, tornando-o mais democrático e preparado para lidar com a diversidade.

Por esta razão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015) reforça a importância da inclusão na educação infantil ao proporcionar práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada criança e promovam o desenvolvimento integral. Mediante a isto, o documento destaca que a escola deve ser um espaço acessível e acolhedor, onde todas as crianças possam brincar, explorar, criar e aprender de forma significativa. Nesse sentido, a formação continuada dos professores é um elemento essencial para que eles estejam preparados para implementar estratégias inclusivas e adaptar o currículo às necessidades de seus alunos.

Por fim, a inclusão na educação infantil é um direito garantido por leis e políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Essas normativas garantem que crianças com deficiência tenham acesso à escola regular e recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento. No entanto, sua efetivação requer o comprometimento de toda a sociedade, desde a família até as instâncias governamentais, para que as condições de inclusão sejam garantidas.

Assim, a inclusão na Educação Infantil vai além de integrar crianças com deficiência ao ambiente escolar, pois, trata-se de um processo que transforma a escola em um espaço de acolhimento, aprendizado e convivência para todos, contribuindo para a formação

de indivíduos mais conscientes, empáticos e preparados para viver em uma sociedade plural e diversa.

### **2.3. Políticas Públicas e Legislações Que Apoiam os AcDs**

A educação inclusiva no Brasil é respaldada por um conjunto robusto de políticas públicas e legislações que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência (PcDs) à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão social. Desta maneira, estas normas têm como objetivo principal garantir que crianças, jovens e adultos com deficiência tenham acesso a uma educação que respeite suas singularidades e proporcione o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, independentemente de suas condições.

Destarte, um marco fundamental na promoção da inclusão educacional é a Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 205, a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. O artigo 208 reforça esse direito, determinando que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo acessibilidade e inclusão.

Outra legislação essencial é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa lei estabelece diretrizes para garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais para pessoas com deficiência. No âmbito educacional, a LBI prevê a oferta de serviços de apoio especializados,

recursos de tecnologia assistiva e eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é outro instrumento relevante, propondo a transformação das escolas em espaços inclusivos. Essa política prioriza o atendimento às necessidades educacionais especiais, incentivando a formação de professores, a adaptação curricular e a utilização de tecnologias que auxiliam no aprendizado dos AcDs, logo, o seu objetivo é garantir a efetivação de alunos com deficiência em aulas regulares, promovendo a convivência e o aprendizado conjunto.

Ademais, a BNCC (2015) também desempenha um papel crucial ao definir que o currículo deve ser adequado para atender às necessidades específicas dos alunos, sem excluir ou segregar, reforçando a importância da acessibilidade e da utilização de estratégias pedagógicas inclusivas, como metodologias ativas e práticas lúdicas, para garantir o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Outro documento de destaque é o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), que inclui metas específicas para a educação inclusiva. A meta 4, por exemplo, estabelece a universalização do acesso à educação básica para a população com deficiência e a garantia de atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, o PNE prevê a ampliação da formação inicial e continuada dos professores para que estejam aptos a atuar em contextos inclusivos.

No âmbito internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, regulamentações pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, reforça o compromisso do Brasil com a inclusão educacional. O artigo 24 da convenção destaca o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva e prejudicada em todos os níveis, sem discriminação e em igualdade de condições.

Entretanto, a efetivação dessas políticas públicas e legislações enfrenta desafios, como a falta de recursos materiais e humanos, barreiras atitudinais e a necessidade de maior investimento em formação docente. Ainda assim, esses marcos legais representam avanços significativos e sinalizam o compromisso do país em construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Assim, compreender e aplicar essas normativas é essencial para que a educação inclusiva se concretize de forma plena. Por meio da mobilização de gestores, professores, famílias e da sociedade em geral, é possível criar ambientes escolares acessíveis, acolhedores e capazes de atender às necessidades de todos os alunos, promovendo a inclusão como um direito e um valor fundamental na educação brasileira.

### **3. DEFICIÊNCIAS E IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

#### **3.1. Tipos de Deficiências (Físicas, Sensoriais e Intelectuais)**

As deficiências são comuns em diferentes categorias com base nas características que impactam o funcionamento físico, sensorial ou cognitivo de uma pessoa. Essas categorias não devem ser vistas

como rótulos limitantes, mas sim como um ponto de partida para entender as necessidades específicas de cada aluno e instruções pedagógicas adequadas. Isto posto, destacaremos a seguir os seguintes tipos de deficiências: físicas, sensoriais e intelectuais.

**Deficiências Físicas:** estão relacionadas a condições que afetam a mobilidade, a força ou o comprometimento motor. Alguns exemplos incluem paralisia cerebral, distrofia muscular e amputações. Assim, alunos com deficiências físicas podem enfrentar desafios na realização de atividades que envolvem escrita, desenho ou entrega pelo espaço escolar. Logo, esses alunos geralmente precisam de adaptações no ambiente físico, como rampas, elevadores e móveis adaptados, e tecnologias assistivas, como cadeiras de rodas e dispositivos de comunicação alternativos, que desempenham um papel importante na promoção da acessibilidade. Além disso, é necessário que os educadores estejam atentos e aptos para oferecer apoio emocional, pois as barreiras físicas podem, em alguns casos, impactar a autoestima e a confiança do aluno.

**Deficiências Sensoriais:** incluem condições que afetam a visão, a audição ou ambas. A deficiência visual pode variar desde baixa visão até cegueira total, enquanto a deficiência auditiva abrange níveis de perda auditiva que vão até o nível profundo. Já a surdocegueira, que combina comprometimento na visão e na audição, exige abordagens educacionais altamente especializadas. Assim, alunos com deficiência visual podem se beneficiar de materiais didáticos em braile, recursos ampliados e tecnologias como leitores de tela. Já os alunos com deficiência auditiva podem exigir o uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares ou a presença de intérpretes de Libras. Logo, a comunicação com esses alunos deve ser adaptada às

suas preferências e necessidades, incluindo o uso de métodos visuais, gestuais ou táteis.

**Deficiências Intelectuais:** são caracterizadas por limitações sérias no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que afetam habilidades como aprendizado, resolução de problemas e adaptação social. Essas limitações geralmente surgem antes dos 18 anos e podem variar em gravidade, desde níveis leves até profundos. Neste viés, alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma, necessitando de atividades mais concretas, com instruções claras e repetição de conceitos, sendo fundamental que os educadores utilizem estratégias pedagógicas que respeitem o ritmo e o modo de aprender de cada criança, valorizando suas conquistas e promovendo seu progresso de forma contínua.

Outrossim, vale destacar que alguns alunos podem apresentar múltiplas deficiências, ou seja, condições combinadas que exigem abordagens pedagógicas ainda mais específicas e integradas. Por exemplo, uma criança com paralisia cerebral pode ter comprometimentos motores e cognitivos simultaneamente. Nesse contexto, é essencial que a equipe escolar adote uma visão holística, trabalhando em parceria com profissionais de saúde e assistência social para atender a todas as demandas do aluno.

Isto posto, percebe-se que as deficiências podem impactar o processo de aprendizagem de diversas maneiras, dependendo de suas características e da presença ou ausência de barreiras no ambiente escolar. No entanto, as limitações não estão exclusivamente na criança, mas muitas vezes no contexto que não está adaptado às suas necessidades. Visto que um ambiente escolar

inclusivo deve priorizar a eliminação dessas barreiras, fornecendo recursos adequados, formação docente especializada e uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade. Assim, é possível transformar os desafios fiscais pelas deficiências em oportunidades para fortalecer as potencialidades dos alunos, promovendo seu desenvolvimento integral e sua participação ativa na comunidade escolar.

Logo, ao entender as especificidades de cada tipo de deficiência e suas implicações no aprendizado, educadores e gestores podem criar estratégias pedagógicas eficazes que respeitem as diferenças e garantam a inclusão como um direito fundamental de todas as crianças, apesar dos desafios, como será abordado a seguir.

### **3.2. Desafios e Necessidades Específicas de Alunos com Deficiências (AcDs)**

Os alunos com deficiências enfrentam desafios que vão além das barreiras físicas ou cognitivas, abrangendo também questões sociais, culturais e pedagógicas. Por este modo, compreender essas dificuldades e responder às suas necessidades específicas é essencial para promover uma educação inclusiva que seja realmente transformadora, pois, essa abordagem requer a mobilização de toda a comunidade escolar e da sociedade, além de investimentos contínuos em formação docente, recursos pedagógicos e infraestrutura.

Mediante a isto, os desafios dos alunos com deficiência podem ser agrupados em várias dimensões, refletindo as diferentes maneiras pelas quais as barreiras podem impactar seu aprendizado e

participação escolar, tais com: arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas.

**Barreiras Arquitetônicas:** muitas escolas ainda apresentam limitações em termos de acessibilidade física, como: a falta de rampas, elevadores, corrimãos e banheiros adaptados, que dificultam a mobilidade de alunos com deficiências físicas, restringindo não apenas o acesso ao ambiente escolar, mas também a participação ativa do aluno nas atividades escolares.

**Barreiras Comunicacionais:** os alunos com deficiências sensoriais, como surdez ou deficiência visual, frequentemente enfrentam dificuldades na comunicação. Logo, a ausência de materiais didáticos em braile, intérpretes de Libras ou recursos tecnológicos profissionais, compromete o processo de ensino-aprendizagem e limita a interação com colegas e professores.

**Barreiras Atitudinais:** são talvez as mais difíceis de superar, pois estão enraizadas em preconceitos e desconhecimento. De certa maneira que a percepção de que os alunos com deficiência são incapazes de acompanhar o ensino regular pode levar à exclusão sutil ou explícita, afetando a autoestima e a motivação desses estudantes.

**Barreiras Pedagógicas:** as práticas pedagógicas tradicionais muitas vezes não contemplam as necessidades de alunos com deficiências. Assim, a utilização de métodos unificados, sem adaptações curriculares ou estratégias diferenciadas, desconsidera os diferentes ritmos e modos de aprendizagem desses alunos, dificultando seu progresso acadêmico.

Neste sentido, para superar esses desafios, é crucial atender às necessidades específicas dos AcDs, considerando suas características individuais e contextos escolares, incluindo: Adaptações Curriculares; Recursos e Tecnologias Assistivas; Apoio Especializado; Apoio Emocional e Social e Formação Docente.

## **4. O PAPEL DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **4.1. Teorias do Brincar (Vygotsky, Piaget)**

O brincar é uma atividade fundamental no desenvolvimento infantil, e sua importância é amplamente discutida por teóricos como Lev Vygotsky (1896-1934) e Jean Piaget (1896-1980), oferecendo perspectivas complementares que ajudam a compreender como ocorrem as brincadeiras para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

Para Vygotsky (1998), o brincar é uma atividade essencialmente social e cultural que possibilita o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como atenção, memória e pensamento. Ele considera o brincar como um espaço simbólico, onde a criança experimenta situações que refletem a realidade, mas que estão dissociadas das limitações do mundo real.

Um dos conceitos centrais de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que define o espaço entre o que uma criança consegue realizar sozinha e o que pode alcançar com o auxílio de outra pessoa mais experiente, como um adulto ou colega. No brincar, o ZDP é explorado constantemente, pois a criança, ao interagir com os outros, aprende novas habilidades e amplia seu repertório cognitivo e social.

Além disso, o brincar simbólico — como fingir ser um médico ou um professor — permite que a criança internalize normas sociais e culturais, desenvolvendo sua capacidade de abstração e planejamento. Segundo Vygotsky (1998 apud Oliveira, 2000, p. 132), “no brincar, a criança está sempre acima da sua idade média, acima do seu comportamento diário”. Ou seja, o brincar é um impulso para níveis superiores de desenvolvimento.

Ademais, Piaget (1976), por sua vez, aborda o brincar a partir de sua teoria do desenvolvimento cognitivo, que descreve como as crianças constroem conhecimento através de estágios sucessivos. Ele considera o brincar como uma atividade essencial para o aprendizado, pois é por meio dele que a criança assimila e acomoda informações, ajustando suas estruturas cognitivas. Desta maneira, Piaget identifica três tipos principais de brincadeiras, cada uma associada a um estágio de desenvolvimento:

**Brincadeiras de Exercício (Estágio Sensório-Motor):** características do início da vida, essas brincadeiras envolvem atividades repetitivas que ajudam a criança a explorar o mundo ao seu redor, como sacudir objetos ou movimentar o corpo, pois, esse tipo de brincar contribui para o desenvolvimento motor e sensorial.

**Brincadeiras Simbólicas (Estágio Pré-Operacional):** essas brincadeiras surgem quando a criança começa a usar símbolos e representa o mundo ao seu redor de maneira imaginativa, como brincar de “faz de conta”. Elas são fundamentais para o desenvolvimento da linguagem e da capacidade de abstração.

**Brincadeiras de Regras (Estágio Operacional Concreto e Formal):** com o amadurecimento, as crianças passam a compreender e

seguir regras em jogos, como em brincadeiras de tabuleiro ou esportes. E esse tipo de brincar desenvolve o pensamento lógico, a cooperação e o entendimento de normas sociais.

Dessarte, embora Vygotsky e Piaget tenham abordagens distintas, há convergências importantes em suas teorias. Pois, ambos reconhecem que o brincar é uma atividade essencial para o desenvolvimento infantil e que contribui significativamente para a construção do conhecimento. Enquanto Vygotsky enfatiza o papel da interação social e da cultura, Piaget foca na construção individual do conhecimento por meio de atualizações.

Assim, essas perspectivas são complementares e oferecem uma base teórica sólida para a criação de estratégias pedagógicas que valorizem o brincar como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, integrar os conceitos de Vygotsky e Piaget na prática educativa permite que o educador planeje atividades que respeitem o estágio de desenvolvimento da criança, promovam interações sociais significativas e explorem o potencial do brincar como uma ferramenta de aprendizagem e inclusão.

Dessa forma, compreender as teorias do brincar é fundamental para refletir sua relevância no contexto da educação infantil, especialmente em práticas que buscam incluir crianças com diferentes necessidades no ambiente escolar.

## **4.2. Importância do Lúdico para o Desenvolvimento Infantil**

O lúdico ocupa um papel central no desenvolvimento infantil, contribuindo para a formação integral da criança em diferentes aspectos, como o cognitivo, social, emocional e motor. Através das brincadeiras, as crianças exploram o mundo ao seu redor,

experimentam emoções, desenvolvem habilidades e aprendem a lidar com os desafios. No contexto educacional, o lúdico vai além de um simples passatempo, tornando-se uma ferramenta pedagógica essencial para a construção do conhecimento.

Neste caso, o lúdico estimula a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico das crianças. É sabido que durante as brincadeiras, elas enfrentam situações que exigem a resolução de problemas, a tomada de decisões e a formulação de estratégias, habilidades que são essenciais para o desenvolvimento cognitivo.

Por exemplo, jogos de construção, como blocos ou quebra-cabeças, ajudam a criança a compreender conceitos de espaço, forma e proporção, enquanto brincadeiras simbólicas, como “faz de conta”, promovem o desenvolvimento da linguagem e do raciocínio abstrato. Além disso, o lúdico cria um ambiente seguro para que a criança experimente novos conceitos e ideias, favorecendo a aprendizagem significativa.

Ademais, as brincadeiras lúdicas também desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e emocional da criança, que, ao interagir com outras crianças durante jogos ou atividades lúdicas, elas aprendem a compartilhar, negociar, cooperar e respeitar regras, desenvolvendo habilidades sociais fundamentais.

No aspecto emocional, o lúdico ajuda a criança a lidar com sentimentos, expressar emoções e construir sua autoestima. Isto é, brincar permite que a criança viva diferentes papéis sociais, entenda limites e crie vínculos afetivos com seus pares e adultos, e essas experiências são fundamentais para que ela se sinta segura e

confiante, ou que, por sua vez, contribua para um ambiente propício à aprendizagem.

Desta maneira, o lúdico também é essencial para o desenvolvimento motor. Pois, atividades como correr, pular, montar ou desenhar estimulam a coordenação motora grossa e fina, a percepção espacial e o equilíbrio. Visto que o movimento corporal durante as brincadeiras ajuda a criança a adquirir controle sobre o próprio corpo, desenvolvendo habilidades que serão úteis em diversas áreas da vida.

Outrossim, no ambiente escolar, o lúdico tem um papel pedagógico de destaque, tornando o aprendizado mais envolvente e significativo, captando o interesse das crianças e promovendo a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Quando incorporadas ao currículo, as atividades lúdicas permitem que os educadores trabalhem conteúdos de forma criativa, favorecendo a construção do conhecimento de maneira contextualizada e prazerosa.

Por exemplo, jogos matemáticos podem ser usados para ensinar conceitos como números, adição e subtração, enquanto brincadeiras de roda podem ajudar no desenvolvimento da linguagem e na socialização. Além disso, atividades lúdicas adaptadas às necessidades de crianças com deficiências específicas para a inclusão, permitindo que todas as crianças participem do processo educativo.

Neste viés, a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil é tão significativa que ele é reconhecido como um direito fundamental das crianças pela Convenção sobre os Direitos da

Criança das Nações Unidas. Esse direito reforça a necessidade de valorizar as brincadeiras como parte integrante da infância, garantindo que as crianças tenham oportunidades de explorar, aprender e se desenvolver em um ambiente lúdico e acolhedor.

Com isso, percebe-se que o lúdico não é apenas um complemento ao aprendizado formal, mas sim um elemento essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Ele proporciona um equilíbrio entre o prazer e a aprendizagem, promovendo a formação de indivíduos criativos, críticos e socialmente integrados. Assim, reconhecer e valorizar a importância do lúdico no contexto escolar é um passo fundamental para garantir uma educação infantil de qualidade, inclusiva e transformadora.

## **5. ESTRATÉGIAS LÚDICAS PARA INCLUSÃO**

### **5.1 TIPOS DE ATIVIDADES LÚDICAS ADAPTADAS PARA ACDS**

#### **5.1. Tipos de Atividades Lúdicas Adaptadas para AcDs**

As atividades lúdicas desempenham um papel essencial no desenvolvimento das crianças, especialmente na Educação Infantil, onde o brincar é um dos principais meios de aprendizagem. No entanto, para que crianças com deficiência possam participar efetivamente de tais atividades, é necessário adaptá-las de forma a atender às suas necessidades específicas, garantindo um ambiente inclusivo e acessível. Assim, as adaptações podem ocorrer em diferentes níveis, seja no conteúdo, nos materiais ou nas estratégias de ensino, de modo a garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de brincar, aprender e se desenvolver.

Neste viés, para alunos com deficiências motoras, as atividades lúdicas devem ser adaptadas para possibilitar sua participação ativa e garantir a interação com os colegas. Por este motivo, jogos e brincadeiras que envolvem o movimento podem ser ajustados com o uso de cadeiras de rodas, pranchas de apoio ou outros recursos que proporcionem a mobilidade dos alunos, e alguns exemplos de atividades adaptadas para essa condição incluem jogos de corrida ou caça ao tesouro, cujos percursos podem ser modificados para que os alunos com dificuldades de mobilidade possam participar, seja por meio de um trajeto mais curto ou com auxílio de dispositivos adequados. Além disso, atividades como jogar bolas ou brinquedos de encaixar podem ser adaptadas com materiais que são fáceis de manusear, permitindo que a criança participe sem limitações físicas.

Outrossim, crianças com deficiências sensoriais, como surdez ou cegueira, desativem adaptações nos recursos sensoriais utilizados nas atividades. Para alunos surdos, por exemplo, jogos que envolvem a voz, podem ser substituídos por alternativas visuais ou táteis, como jogos de memória utilizando imagens e núcleos vibrantes. Além disso, atividades que envolvem movimentos corporais, como dança ou expressões faciais, podem ser reforçadas com o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou outras formas de comunicação visual.

Já para crianças com deficiência visual, o uso de objetos táteis, sonoros ou de alto contraste podem tornar as atividades mais acessíveis. Assim, jogos de construção com blocos de diferentes texturas ou de encaixe com formas táteis, bem como a utilização de material sonoro que emite sons ao toque, podem ser excelentes alternativas para garantir a participação dessas crianças.

Além disso, as crianças com deficiências intelectuais também se beneficiam de atividades lúdicas que são simples e estruturadas de forma a promover a compreensão gradual das regras e dos objetivos. Visto que jogos de tabuleiro adaptados, com peças de maior tamanho e cores vibrantes, ou atividades que envolvem a classificação de objetos por forma ou cor, são ótimas opções para estimular o pensamento lógico e a resolução de problemas. A utilização de jogos de imitação e dramatização, como “faz de conta”, também pode ser muito enriquecedora, pois permite que as crianças experimentem diferentes papéis sociais e desenvolvam suas habilidades de interação e comunicação de maneira lúdica.

Outro aspecto importante das atividades lúdicas adaptadas para AcDs é o estímulo ao trabalho em grupo e à cooperação. Brincadeiras cooperativas, como a construção de projetos coletivos (por exemplo, montar uma torre com blocos ou construir uma maquete), podem ser ajustadas para garantir que todas as crianças, independentemente de suas deficiências, possam colaborar e interagir com seus colegas. Pois, a ideia de criar algo em conjunto promove o sentido de pertencimento e reforça a importância da cooperação, da comunicação e do respeito.

Mediante ao que foi apresentado, percebe-se que o uso de tecnologias assistivas e recursos digitais também tem se mostrado uma ferramenta poderosa na adaptação das atividades lúdicas para alunos com deficiência. Jogos educacionais interativos, aplicativos de aprendizagem e plataformas digitais que utilizam multimídia, como vídeos, animações e sons, podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada aluno, e essas tecnologias são utilizadas para facilitar a compreensão dos conteúdos, criar

ambientes de aprendizado mais dinâmicos e promover a inclusão de maneira mais eficaz.

Com isso, vê-se que as atividades lúdicas adaptadas são essenciais para garantir que crianças com deficiência possam participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, explorando suas potencialidades e se desenvolvendo de maneira integral.

## **5.2. A Importância da Diversidade de Materiais e Recursos Lúdicos**

Ao oferecer uma variedade de materiais adaptados para AcDs, o educador fornece experiências mais ricas e acessíveis, atendendo às diferentes necessidades dos alunos e criando um ambiente no qual todos possam aprender e se desenvolver de maneira equitativa. No entanto, sabe-se que cada tipo de deficiência exige uma adaptação específica dos materiais, a fim de tornar o ensino acessível a todos.

No caso de crianças com deficiência visual, materiais com diferenciação tátil, como texturas, formas e núcleos contrastantes, são essenciais. Já para as crianças com deficiência auditiva, a adaptação pode envolver o uso de materiais visuais, como cartazes com símbolos, vídeos com legendas, jogos que utilizam luzes ou núcleos para indicar momentos de interação, ou ainda o uso de materiais que incentivam a expressão em Libras. E no caso de crianças com deficiência física, os recursos lúdicos precisam ser pensados de forma a garantir o movimento e a participação ativa, mesmo para aqueles que utilizam cadeiras de rodas, órteses ou outros dispositivos de mobilidade

Isto posto, nota-se que as tecnologias assistivas também desempenham um papel crucial na diversificação dos materiais e

recursos lúdicos disponíveis para alunos com deficiência. Assim, ferramentas tecnológicas, como computadores, tablets e softwares especializados, podem ser utilizadas para proporcionar uma experiência de aprendizado mais interativa e envolvente, com recursos como leitura de tela, ampliadores de texto, softwares que convertem texto em voz, e jogos adaptados que promovem a interação por meio de interfaces acessíveis.

Além disso, tecnologias de realidade aumentada e jogos digitais também estão se tornando cada vez mais populares no contexto educacional, permitindo que os alunos se envolvam em atividades lúdicas com elementos visuais e auditivos, além de promoverem experiências sensoriais imersivas, que podem ser altamente benéficas para alunos com diferentes tipos de deficiências. De certa maneira, que o uso de recursos como os tablets também possibilita que o material seja personalizado para atender às necessidades individuais de cada aluno, seja em termos de conteúdo ou de níveis de dificuldade.

Outro ponto importante são materiais sensoriais e multissensoriais, fundamentais para estimular a percepção e o aprendizado de crianças com deficiência, especialmente aquelas com deficiências intelectuais ou múltiplas, pois, esses materiais incluem objetos que podem ser percebidos por mais de um sentido ao mesmo tempo, como brinquedos que emitem sons, emitem vibrações, ou que liberam odores. Além disso, materiais com diferentes texturas, núcleos e formas permitem que as crianças explorem o mundo ao seu redor de maneira tátil e sensorial, proporcionando estímulos que favorecem o desenvolvimento motor, cognitivo e emocional.

Já os materiais que estimulam a cognição e a socialização são essenciais para o desenvolvimento dos alunos na Educação Infantil, principalmente os alunos com deficiências intelectuais. Jogos de tabuleiro adaptados, materiais de conexão, quebra-cabeças e jogos de memória são exemplos de recursos lúdicos que favorecem a resolução de problemas, a atenção, a memória e a interação social. De certa forma, que esses jogos devem ser adaptados de acordo com a necessidade de cada criança, podendo incluir peças maiores ou mais coloridas para facilitar o entendimento, ou regras simplificadas para promover a compreensão das atividades.

Esses jogos, além de trabalharem como habilidades cognitivas, favorecem a interação social entre as crianças. Durante o jogo, é possível observar o desenvolvimento de competências como o respeito pelas regras, a troca de ideias, a negociação e a colaboração. Simplesmente porque crianças com deficiência, ao participarem desses jogos com seus pares, desenvolvem um senso de pertencimento e uma melhor relação com o grupo, o que é crucial para seu bem-estar e para a construção de sua autoestima.

Com isso, é notório que a diversidade de materiais e recursos lúdicos não é apenas uma questão de adaptação, mas uma prática pedagógica que visa garantir a participação plena de todas as crianças, sem distinção. Ao oferecer materiais adaptados, os educadores criam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, estimulante e acessível. E esses recursos não só favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças, mas também são fundamentais para criar um ambiente em que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, possam aprender, interagir e se desenvolver de forma plena e equitativa.

## **6. IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FÍSICO E SOCIAL**

O ambiente escolar é um fator crucial no processo de aprendizagem de todos os alunos, mas assume um papel ainda mais significativo quando se trata da inclusão de alunos com deficiência. Um ambiente escolar inclusivo deve ser pensado de forma holística, considerando tanto os aspectos físicos quanto os sociais que envolvem a dinâmica educacional. Pois, a criação de um ambiente que favoreça a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, exige uma atenção às necessidades específicas de cada criança, além de uma reflexão sobre os aspectos que podem potencializar ou prejudicar o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos.

Deste modo, a estrutura física da escola é o primeiro ponto a ser considerado para garantir que os alunos com deficiência tenham condições adequadas de acesso e participação. Para os alunos com deficiências físicas, a adaptação do espaço escolar é obrigatória, e isso inclui desde a eliminação de barreiras arquitetônicas, como escadas e corredores estreitos, até a criação de espaços amplos e acessíveis, que permitem a circulação e a mobilidade das crianças, seja em cadeiras de rodas ou com outras necessidades específicas de locomoção. A adequação de mobiliário, com cadeiras e mesas convenientes, também deve ser uma preocupação constante, garantindo que todos os alunos possam trabalhar de maneira confortável e segura.

Além disso, o ambiente físico deve ser projetado para atender às diferentes formas de aprendizagem dos alunos, oferecendo diferentes tipos de espaços, como salas de aula com boa iluminação, ambientes tranquilos para atividades de concentração e áreas de

diversão que incentivam a socialização e o brincar. Ademais, a utilização de tecnologias assistivas, como softwares e dispositivos de apoio, também deve ser considerada como uma adaptação essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo de forma equitativa.

De acordo com Vygotsky (1998), o ambiente físico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Ele destaca que o espaço de aprendizagem deve ser um local de interação e de troca de experiências, e que as condições materiais devem ser adequadas para que os alunos possam explorar, experimentar e se expressar. Em uma escola inclusiva, essas condições são ainda mais exigentes, pois é necessário garantir que todos os alunos auxiliados, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, tenham acesso aos recursos necessários para a aprendizagem.

Assim sendo, se o ambiente físico é importante, o ambiente social da escola também exerce uma influência determinante sobre o desenvolvimento e o aprendizado de alunos com deficiência. Para que a inclusão seja efetiva, não basta apenas adaptar as instalações físicas da escola, é necessário criar um clima escolar que favoreça as relações interpessoais, o respeito à diversidade e a participação ativa de todos os alunos.

Ou seja, o ambiente social de uma escola inclusiva deve ser marcado pela cooperação, pela empatia e pela valorização das diferenças. A interação entre os alunos, independentemente de suas deficiências, é um dos principais fatores para o desenvolvimento social e emocional. Como apontam Mantoan (2003) e Nunes (2014), um dos pilares da educação inclusiva é a criação de uma cultura escolar que

celebra a diversidade e a convivência entre todos os estudantes. Para isso, é essencial que os educadores promovam práticas pedagógicas que incentivem a colaboração e a troca de experiências, permitindo que as crianças com deficiência se sintam parte do grupo e possam interagir com seus colegas de forma significativa.

Neste caso, o trabalho em grupo é uma das estratégias que podem ser adotadas para promover o envolvimento de todos os alunos em atividades coletivas. Quando bem orientado, o trabalho colaborativo não apenas favorece a socialização, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais. Crianças com deficiência, por exemplo, podem aprender com os outros e, ao mesmo tempo, contribuir com suas próprias experiências, criando um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e dinâmico.

Além disso, o ambiente social deve ser permeado por atitudes de respeito e acolhimento por parte de todos os envolvidos no processo educativo — desde os professores até os colegas de classe e a comunidade escolar como um todo, fazendo com que a promoção de valores como o respeito à individualidade, a compreensão das limitações e o incentivo à solidariedade sejam essenciais para a criação de um ambiente em que os alunos com deficiência possam se sentir integrados e valorizados.

A pedagogia de Vygotsky (1998) destaca a importância da interação social no processo de aprendizagem, enfocando que a aprendizagem não ocorre isoladamente, mas sim através da troca de experiências e da colaboração entre os indivíduos. Assim, um ambiente social inclusivo deve possibilitar que todos os alunos participem ativamente das atividades escolares, favorecendo o

desenvolvimento cognitivo e emocional por meio da interação com seus pares.

Desta maneira, a criação de um ambiente escolar inclusivo não deve ser protegida de forma isolada, ou seja, as adaptações no ambiente físico precisam andar de mãos dadas com o desenvolvimento de um ambiente social acolhedor e participativo. Ambos os aspectos são complementares e necessários para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, em especial aqueles com deficiências. O físico, ao garantir o acesso e a adequação do espaço, facilita a participação, mas é no social que a verdadeira inclusão acontece, uma vez que as relações interpessoais e as práticas de convivência são que permitem que as crianças se sintam integradas e respeitadas.

O trabalho de Mantoan (2003) sobre a educação inclusiva enfatiza que a escola deve ser um espaço de convivência, e não de segregação, o que implica a necessidade de um ambiente que não apenas adapte o espaço físico, mas também crie uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Nessa perspectiva, a integração dos alunos com deficiência no ambiente escolar vai além da simples presença física, sendo necessário que esses alunos se sintam parte do grupo, participando ativamente das atividades e interagindo com seus colegas.

Portanto, o ambiente escolar inclusivo, tanto no que diz respeito à sua estrutura física quanto social, é um dos pilares para o sucesso da educação de alunos com deficiência. Pois, adaptar o espaço físico para garantir acessibilidade e criar um ambiente social que valorize a convivência e a troca de experiências são passos essenciais para promover uma inclusão efetiva. Mas, para que isso aconteça, é

preciso que todos os atores envolvidos no processo educativo — educadores, gestores, alunos e famílias — se comprometam com a criação de um espaço escolar que favoreça o respeito à diversidade e a participação ativa de todos os estudantes. Somente com um ambiente inclusivo, que encontrar diferenças e proporcionar oportunidades iguais de aprendizagem, será possível garantir uma educação de qualidade para todos.

## **7. BARREIRAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS**

A implementação de práticas inclusivas nas escolas enfrenta uma série de barreiras que dificultam o pleno acesso e participação de alunos com deficiência no ambiente educacional. Essas barreiras podem ser de natureza física, pedagógica, social e atitudinal, e estão profundamente enraizadas nas estruturas educacionais e sociais. Superá-las exige exercícios integrados de toda a comunidade escolar, políticas públicas eficazes e uma mudança significativa nas atitudes e nas práticas educacionais. A seguir, discutiremos as principais barreiras que impactam a inclusão de alunos com deficiências.

As barreiras atitudinais são um dos maiores desafios para a inclusão educacional. Eles se referem às pessoas e preconceitos que ainda persistem entre professores, alunos e demais membros da comunidade escolar em relação às pessoas com deficiência. Segundo Mantoan (2003), as atitudes negativas, como o estigma, o medo e a percepção de incapacidade dos alunos com deficiências, são obstáculos significativos para sua plena participação na escola. Esse tipo de barreira pode ser desencadeado pela falta de informações certas sobre as deficiências e sobre a educação

inclusiva, resultando em atitudes de segregação ou em um tratamento diferenciado para os alunos com deficiência.

Quando os educadores e outros profissionais da escola não têm uma formação adequada sobre inclusão, eles podem ter uma visão limitada do potencial dos alunos com deficiências, tratando-os com excessiva compaixão ou, ao contrário, com exclusão. Como argumenta Nunes (2014), as percepções preconceituosas sobre a deficiência levam à subestimação das capacidades dos alunos, resultando em práticas pedagógicas que não atendem melhor às suas necessidades e, muitas vezes, na exclusão desses alunos do processo de aprendizagem.

A superação dessas barreiras exige a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma educação antirracista, antidissercente e anticapacitista, onde todas as diferenças são valorizadas e respeitadas. Logo, a conscientização e a formação contínua dos educadores sobre a importância da inclusão são passos fundamentais nesse processo.

Já as barreiras pedagógicas estão relacionadas à falta de adaptação dos currículos, metodologias e práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiências. Segundo Vygotsky (1998), a aprendizagem é um processo social e dinâmico que depende das interações do aluno com o ambiente e com outros indivíduos. Para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo, é necessário que o ensino seja flexível e adaptável, respeitando as especificidades de cada aluno.

No entanto, muitas escolas ainda utilizam abordagens pedagógicas e uniformes, o que pode ser um obstáculo para a aprendizagem de

alunos com deficiência. A dificuldade em adaptar as atividades, o material didático e a avaliação para atender às diversas necessidades dos alunos com deficiências é uma barreira comum. Como aponta Piaget (1976), a aprendizagem não acontece de forma passiva, mas é um processo ativo de construção do conhecimento, que deve ser promovido de acordo com o ritmo e as capacidades de cada aluno. Para tanto, é fundamental que os educadores utilizem estratégias diversificadas, como atividades práticas, uso de tecnologias assistivas e recursos didáticos adaptados, para garantir a participação de todos os alunos.

Ademais, as barreiras físicas referem-se à falta de acessibilidade no ambiente escolar, incluindo o prédio, as salas de aula, os banheiros, os materiais pedagógicos e os recursos tecnológicos. Essas barreiras impedem a plena participação dos alunos com deficiências físicas e/ou mobilidade reduzida, uma vez que muitas escolas não estão adaptadas para atender a essas necessidades.

De acordo com a legislação brasileira, como a LBI e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, todas as escolas devem garantir a acessibilidade física, social e pedagógica para alunos com deficiências. No entanto, muitas escolas públicas ainda não têm as condições mínimas de infraestrutura para promover a inclusão. Isso inclui a falta de rampas de acesso, a inexistência de banheiros adaptados, a dificuldade de acesso a bibliotecas ou recursos audiovisuais, entre outros aspectos.

Por fim, as barreiras sociais e institucionais referem-se à resistência à inclusão no âmbito social e cultural da própria escola. Muitas vezes, a inclusão educacional barra normas e práticas institucionalizadas que não favorecem a diversidade. Isso inclui a falta de uma política clara

de inclusão, a ausência de um plano de atendimento individualizado para alunos com deficiência e a falta de uma cultura escolar que celebra a diversidade.

Muitas escolas ainda operam com a ideia de que a inclusão é uma “tarefa extra” ou um “problema” que precisa ser resolvido de forma isolada, sem uma abordagem sistêmica e integrada. Como argumenta Kishimoto (1996), a escola precisa adotar uma postura inclusiva em todas as suas dimensões, desde a gestão escolar até a prática pedagógica, para que a inclusão seja efetiva. Isso implica a formação de uma rede de apoio que envolve a comunidade escolar, as famílias e os serviços especializados, além de garantir uma gestão escolar comprometida com a inclusão.

Portanto, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um desafio contínuo, mas que é possível com o comprometimento de todos os atores envolvidos na educação.

## **8. PERCURSO METODOLÓGICO**

O estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, pois visa explorar as percepções, as práticas e as experiências dos envolvidos na prática pedagógica inclusiva, especificamente no que tange ao uso de estratégias lúdicas para alunos com deficiências. A pesquisa qualitativa é adequada para entender os processos complexos e contextuais que envolvem a educação inclusiva, já que se preocupa em captar as nuances das interações e da realidade escolar, mais do que buscar resultados numéricos ou generalizações.

De acordo com Gil (2002), uma pesquisa qualitativa é frequentemente utilizada em estudos que buscam explorar significados, sentimentos e experiências, e é particularmente útil

quando o foco está em práticas educativas em contextos específicos, como é o caso da inclusão escolar. Uma pesquisa qualitativa permite que o pesquisador se aproprie das percepções de educadores, alunos e familiares, proporcionando uma compreensão mais rica sobre como as estratégias lúdicas podem facilitar a inclusão.

Além disso, é importante que o estudo seja também de natureza descritiva, pois o objetivo é identificar e descrever as práticas de ensino inclusivo dentro do contexto escolar, observando como as atividades lúdicas estão sendo aplicadas e como elas são afetadas para o desenvolvimento dos alunos com deficiências. Ou seja, a pesquisa descritiva não se limita a observar as observações, mas também a entender suas causas, suas implicações e os fatores que contribuem para o sucesso ou os desafios dessa prática.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de Educação Infantil em São Miguel do Guamá-PA, com foco nas práticas pedagógicas aplicadas em salas de aula inclusivas. Ademais, a escolha dessa escola se deu pela sua experiência com a inclusão de alunos com deficiências e pela disponibilidade dos educadores em participar do estudo.

O delineamento da pesquisa incluiu a observação do participante como principal técnica de coleta de dados. A observação participante, conforme proposta de Bardin (1977), permite que o pesquisador se insira no ambiente treinado, participando das atividades e interagindo com os sujeitos da pesquisa, ao mesmo tempo em que coleta dados relevantes sobre os comportamentos, as interações e os processos educacional. Essa abordagem foi mostrada fundamental para a compreensão das dinâmicas de sala

de aula e para a identificação das estratégias lúdicas utilizadas pelos educadores.

Neste caso, a observação foi complementada por entrevistas semiestruturadas com professores, coordenadores pedagógicos e outros profissionais envolvidos no processo inclusivo. As entrevistas semiestruturadas permitem que o pesquisador explore as opiniões e experiências dos entrevistados, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade para aprofundar questões relevantes que surgem durante uma conversa (Bardin, 1977). Durante as entrevistas, os participantes puderam compartilhar suas perspectivas sobre as dificuldades e os avanços na implementação das práticas inclusivas, além de fornecer informações sobre os materiais e os jogos utilizados nas atividades lúdicas.

Além das entrevistas, foi aplicado um questionário com os pais ou responsáveis dos alunos com deficiências para captar suas percepções sobre o ambiente escolar e o impacto das atividades lúdicas no desenvolvimento de seus filhos. A participação dos familiares é crucial para compreender o processo inclusivo, uma vez que eles oferecem uma visão externa e, muitas vezes, complementam a compreensão dos educadores sobre as necessidades dos alunos (Mantoan, 2003).

No entanto, a análise dos dados foi realizada de acordo com a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Essa abordagem permite uma leitura sistemática e interpretativa dos dados qualitativos, transformando informações brutas coletadas por meio das observações e entrevistas em categorias e temas que revelam as dinâmicas do processo investigado.

Assim, a Análise de Conteúdo segue três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, os dados são organizados e sistematizados, destacando as passagens mais relevantes para a pesquisa. Na fase de exploração do material, o pesquisador codifica e categoriza as informações, agrupando-as em temas centrais que surgem durante o processo de análise. Finalmente, na etapa de tratamento dos resultados, as categorias e os temas são interpretados à luz do referencial teórico, buscando compreender as implicações dos dados encontrados para a prática pedagógica e a inclusão de alunos com deficiências.

Além disso, para garantir a confiabilidade e a validade dos dados, foram realizadas triangulações, combinando diferentes fontes de dados (observações, entrevistas e questionários). A triangulação permite que os resultados da pesquisa sejam mais robustos, uma vez que diferentes perspectivas e informações convergem para oferecer uma análise mais completa e precisa.

Contudo, o percurso metodológico adotado neste estudo foi cuidadosamente planejado para captar a complexidade do processo inclusivo, com foco nas estratégias lúdicas utilizadas no ensino de alunos com deficiência. Ao adotar uma abordagem qualitativa e descritiva, foi possível investigar profundamente as práticas pedagógicas e as experiências dos diversos sujeitos envolvidos, proporcionando uma visão abrangente das dinâmicas inclusivas. Logo, o uso da observação participante, entrevistas semiestruturadas e questionários, aliados à análise de conteúdo, permitiu que os dados fossem coletados de forma detalhada e interpretados de maneira rigorosa, contribuindo para uma compreensão mais profunda da inclusão escolar no contexto da Educação Infantil.

## 9. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados encontrados neste estudo foi fundamental para compreender como as estratégias lúdicas são aplicadas no processo de inclusão de alunos com deficiências na Educação Infantil, bem como para identificar os impactos dessas práticas no desenvolvimento dos estudantes e na dinâmica escolar. Assim, a análise foi orientada pelos referenciais teóricos que sustentam a pesquisa, principalmente os conceitos de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento infantil, considerando as especificidades dos alunos com deficiência.

A partir das observações feitas nas salas de aula e das entrevistas com educadores, coordenadores pedagógicos e familiares, foi possível identificar diferentes estratégias lúdicas utilizadas, seus benefícios, desafios e os efeitos sobre a aprendizagem e socialização de alunos com deficiência. Ademais, a análise foi realizada utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), com ênfase na categorização e interpretação dos dados. A seguir, detalhamos as categorias e os principais achados da pesquisa.

Uma das primeiras categorias identificadas na análise dos dados foi o uso das estratégias lúdicas, que se mostrou bastante diversificada e adaptada às diferentes necessidades dos alunos com deficiência. A maioria dos educadores casuais usam as atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras e dinâmicas, são frequentemente adaptadas para atender às especificidades de cada aluno, dependendo do tipo de deficiência presente.

De acordo com Vygotsky (1998), a aprendizagem é um processo social e cultural, no qual as interações com os outros e com o

ambiente desempenham um papel fundamental. As atividades lúdicas visam um ambiente de aprendizagem interativo, favorecendo a construção de novos conhecimentos e a internalização de conceitos, especialmente em crianças com deficiência. No entanto, a adaptação dessas atividades é crucial para garantir que todos os alunos participem de maneira eficaz.

Nos dados encontrados, observou-se que os professores utilizam diferentes tipos de jogos, como jogos de tabuleiro adaptados, atividades de motricidade fina, brinquedos sensoriais, e jogos de linguagem, que foram adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiências físicas, sensoriais e intelectuais. Por exemplo, para alunos com deficiências visuais, os jogos de tabuleiro foram adaptados com peças em relevo ou com filhotes, permitindo que todos participassem de forma igualitária. Já para alunos com deficiências intelectuais, foram feitas adaptações nas regras e nas instruções dos jogos, para tornar as atividades mais acessíveis e compreensíveis.

A socialização e a comunicação foram identificadas como áreas fundamentais no processo de inclusão de alunos com deficiência. A análise dos dados revelou que as estratégias lúdicas são extremamente eficazes na promoção dessas habilidades, uma vez que as atividades lúdicas proporcionam uma forma natural e descontraída de interação entre as crianças.

Piaget (1976) destacou a importância do jogo no desenvolvimento cognitivo e social da criança, argumentando que o brincar não apenas estimula a cognição, mas também facilita a interação com os outros, promovendo habilidades sociais. Em consonância com essa teoria, os dados deixam claro que as brincadeiras lúdicas são uma

ferramenta poderosa para promover a comunicação e a interação social de alunos com deficiência, especialmente em contextos de sala de aula exclusiva.

Por exemplo, as atividades de grupo, como brincadeiras com bolas e jogos cooperativos, foram vistas como eficientes para melhorar as habilidades de trabalho em equipe e interação entre alunos com e sem deficiências. Além disso, o uso de jogos de palavras e atividades de contação de histórias favorece a ampliação do vocabulário e a expressão verbal de alunos com deficiências auditivas e intelectuais. Através dessas atividades, os alunos aprenderam a se comunicar de maneira mais eficaz, desenvolvendo a confiança necessária para interagir com seus colegas.

A análise das entrevistas com os educadores revelou que, embora as atividades lúdicas sejam vistas como altamente benéficas, existem desafios importantes na implementação dessas práticas de forma eficaz. A falta de formação continuada específica sobre inclusão sobre o uso de estratégias lúdicas adaptadas foi apontada como um dos maiores obstáculos. Muitos professores mencionaram a necessidade de mais capacitação para lidar com as especificidades das deficiências e adaptar as atividades lúdicas para garantir a plena participação de todos os alunos.

Gil (2002) destaca que a formação contínua dos educadores é essencial para o sucesso da inclusão escolar, pois permite que os professores desenvolvam uma compreensão mais profunda das necessidades dos alunos e das melhores práticas pedagógicas para atendê-los. No entanto, os dados indicam que muitos educadores enfrentaram dificuldades para adaptar as estratégias lúdicas de

maneira eficaz devido à falta de conhecimento técnico e pedagógico sobre o tema.

Outro desafio identificado foi a escassez de recursos materiais e a necessidade de adaptações constantes no ambiente físico da escola. A infraestrutura escolar, em muitos casos, não está completamente preparada para acomodar alunos com deficiência, ou que limita o alcance das atividades lúdicas. Uma pesquisa revelou que, embora os educadores se empenhem em adaptar os materiais e os espaços, faltam recursos adequados para a eficácia dessas adaptações.

Os dados encontrados mostram que as estratégias lúdicas têm um impacto positivo e significativo no desenvolvimento de crianças com deficiência, tanto em termos cognitivos quanto sociais. Os alunos apresentaram um aumento nas habilidades motoras, na capacidade de resolução de problemas, e no desenvolvimento da linguagem e comunicação. As atividades lúdicas também promoveram um ambiente mais inclusivo, onde os alunos com e sem deficiências poderiam interagir de forma mais natural e colaborativa.

Mantoan (2003) argumenta que a inclusão escolar não deve ser apenas um ato formal, mas sim uma prática pedagógica real e eficaz que promova o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Os dados sugerem que, quando bem inovadoras, as estratégias lúdicas são fundamentais para atingir esse objetivo, criando um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e participativo para os alunos com deficiência.

Uma análise dos dados revelou que as estratégias lúdicas são eficazes para promover a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil, mas também destacou a necessidade de uma

formação pedagógica contínua para os educadores e de investimentos em recursos e infraestrutura adequada. Embora os desafios sejam benéficos, os benefícios das práticas lúdicas para o desenvolvimento das crianças, especialmente no que diz respeito à socialização e comunicação, são evidentes. Portanto, a pesquisa reforça a importância de se investir em práticas inclusivas e em estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo que todos os estudantes possam participar do processo de ensino-aprendizagem.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma pesquisa realizada sobre as estratégias lúdicas para a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil revela não apenas a importância de práticas pedagógicas adaptadas, mas também os desafios e as possibilidades de promover uma educação inclusiva de qualidade. Ao longo deste estudo, foi possível analisar como o uso do brincar, como proposta pedagógica, tem um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, em especial das que apresentam deficiências. As estratégias lúdicas se mostram eficazes na criação de um ambiente de aprendizagem mais participativo, interativo e inclusivo, favorecendo a socialização, a comunicação e a aprendizagem.

A Educação Inclusiva é um direito garantido por políticas públicas e normativas que visa garantir que todas as crianças, independentemente das suas condições físicas ou cognitivas, possam ter acesso a um ensino de qualidade. No entanto, a análise dos dados obtidos revelou que, apesar dos avanços, ainda existem obstáculos significativos que dificultam a plena implementação da inclusão escolar, como a falta de formação especializada para os

educadores e a deficiência de recursos e infraestrutura adequada nas escolas. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir que as estratégias pedagógicas, especialmente as lúdicas, sejam aplicadas de maneira eficaz e que os professores consigam adaptar as atividades às diferentes necessidades dos alunos com deficiência.

A utilização de jogos e brincadeiras adaptadas foi identificada como uma estratégia poderosa para envolver alunos com deficiências, proporcionando-lhes não apenas uma forma de aprender, mas também um espaço para se expressar e interagir com os outros. As brincadeiras cooperativas e os jogos que envolvem desafios cognitivos e motores oferecem um campo fértil para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, além de promoverem a inclusão de maneira mais natural e acessível. No entanto, os dados indicaram que as limitações no ambiente físico e a falta de materiais específicos ainda são desafios a serem superados.

Um ponto central observado na pesquisa é a necessidade de adaptação do ambiente escolar para garantir que ele seja acessível e favorável à participação de todos os alunos, incluindo os com deficiência. A infraestrutura das escolas, muitas vezes, não está preparada para oferecer as condições para a inclusão plena. Nesse sentido, a adaptação do espaço físico e a utilização de recursos pedagógicos específicos, como materiais sensoriais e tecnológicos, são fundamentais para garantir que todos os alunos possam desfrutar de atividades lúdicas de forma equitativa.

Além disso, os educadores desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente inclusivo. A pesquisa mostrou que, embora a maioria dos professores esteja disposta a implementar

práticas inclusivas, a falta de capacitação contínua é um obstáculo significativo. Isso reforça a necessidade de formação docente especializada em educação inclusiva, com ênfase no uso de estratégias lúdicas adaptadas, que atendam às especificidades de alunos com deficiência, e na criação de um ambiente educacional que favoreça a aprendizagem de todos.

Os desafios identificados na pesquisa, como a falta de recursos, a deficiência de formação continuada para os educadores e a necessidade de adaptações constantes no espaço escolar, são questões que exigem a colaboração de diferentes atores: escolas, professores, gestores, famílias e a sociedade em geral. A inclusão escolar não pode ser vista como uma responsabilidade exclusiva da escola, mas como um esforço coletivo que envolve a conscientização e o compromisso de todos os envolvidos no processo educacional.

Por fim, este estudo destaca a importância de fortalecer as políticas públicas que promovam a educação inclusiva e de continuar investindo em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas deficiências. As estratégias lúdicas surgem como uma ferramenta poderosa e eficaz para promover a inclusão, já que, além de facilitarem a aprendizagem, também ajudam a desenvolver a autonomia, a criatividade e as habilidades sociais das crianças, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todos.

A análise dos dados coletados e das observações feitas indica que, com as condições adequadas e o suporte necessário, as atividades lúdicas podem se tornar um poderoso instrumento na construção de uma educação inclusiva, capaz de atender a todos os alunos de

forma equitativa e significativa, garantindo a eles o direito de aprender e se desenvolver plenamente. Portanto, a educação inclusiva deve ser vista como uma prática contínua, dinâmica e adaptável, que se transforma e se aprimora com o tempo, sempre em busca de garantir um futuro educacional mais justo e igualitário para todas as crianças, com ou sem deficiências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, E. **O Papel da Sociedade na Inclusão**. São Paulo: Editora Moderna, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

FERRARINI, D. **Educação Inclusiva: Caminhos e Desafios**. São Paulo: Cortez, 2013

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, T. **O Brincar e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

LÜCK, H. **Educação Inclusiva:** Avanços e Desafios. Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** A Educação de Todos. São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, C. **Desafios da Inclusão:** Práticas e Teorias. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

OLIVEIRA, V. B. de (org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança.** Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1976.

SILVA, J. A., & PEREIRA, T. S. **Deficiências e Aprendizagem:** Reflexões e Práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

UNESC. **Ambientes de Aprendizagem:** Inclusão e Diversidade. Criciúma: Editora Unesc, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

---

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade EducaMinas, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação Especial/Educação Inclusiva/Múltiplas Deficiências.

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Campus XI – São

Miguel do Guamá-PA. Especialista em Linguística e Formação de Leitores pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) – São Miguel do Guamá-PA. Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Campus XI – São Miguel do Guamá-PA. Pós-graduando em Educação Especial/Educação Inclusiva/Múltiplas Deficiências pela Faculdade EducaMinas – São Miguel do Guamá-PA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)